

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO
CASTELO REALIZADA NO DIA 12 DE
ABRIL DE 2006:- - - - -**

----- Aos doze dias do mês de Abril do ano dois mil e seis, nesta cidade de Viana do Castelo e Paços do Concelho, reuniu-se a Câmara Municipal de Viana do Castelo sob a presidência da Vice Presidente Flora Passos Silva e com a presença dos Vereadores José Maria da Cunha Costa, Vítor Manuel Castro de Lemos, Joaquim Luís Nobre Pereira, Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva, Augusto Patrício Lima Rocha, António Carvalho Martins e Mário da Cunha Guimarães. Secretariou na ausência do Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal, Luís Filipe Neiva Marques, o Chefe da Divisão Financeira Alberto Rego. E, tendo tomado os lugares que lhes estavam destinados, a Vice Presidente da Câmara declarou aberta a reunião pelas dez horas verificando-se a falta do Presidente da Câmara por se encontrar de férias. **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-**

INTERVENÇÃO DO VEREADOR CARVALHO MARTINS:- O Vereador Carvalho Martins apresentou a seguinte exposição:- “Apresentamos também uma discordância de fundo em relação às afirmações do Senhor Presidente do que Esposende é mais importante que Melgaço ou Monção. Para nós os 10 concelhos são tão importantes como o é Esposende. Para nós o mais importante é a unidade do distrito, é a liderança desse mesmo distrito ser assumida de uma vez por todos, sem ambiguidades por Viana do Castelo. Esta é uma questão fundamental e estratégica. (a) Carvalho Martins.”. Em resposta à intervenção atrás transcrita, a Vice Presidente esclareceu que os Vereadores do PS subscrevem na totalidade as afirmações do Sr. Presidente agora questionadas pelo Vereador Carvalho Martins, dizendo mesmo que foi o Sr. Presidente o

primeiro a defender a associação com todos os Municípios do distrito em 1994. Considerou ainda que as afirmações do Sr. Presidente não ferem a união do distrito e se sentem orgulhosos do trabalho desenvolvido a nível da Valimar, considerando que essa coesão de objectivos de desenvolvimento deverá continuar, independentemente da união de todos os concelhos no NUTIII. Seguidamente o Vereador Carvalho Martins mostrou preocupação com as notícias saídas na Comunicação Social que informavam sobre um eventual atraso nas obras da Ponte Eiffel. Tendo ainda sugerido a construção de uma rotunda no Cabedelo aproveitando o encerramento da Ponte. A Vice Presidente informou a este propósito que o estado de corrosão das vigas longitudinais da ponte Eiffel encontrado no decorrer das obras é muito superior ao que tinha sido inicialmente detectado, no entanto até ao momento, segundo o IEP não está prevista a existência de qualquer prorrogação de prazo de execução dos trabalhos. Seguidamente o Vereador José Maria Costa prestou diversas informações sobre o andamento e a execução dos trabalhos relativos à construção do novo apeadeiro em Darque e que relativamente à rotunda do Cabedelo a construção da mesma faz parte do Plano de Pormenor de Darque. **INTERVENÇÃO DA VICE**

PRESIDENTE FLORA PASSOS SILVA:- A Vice Presidente informou o Executivo da certificação no âmbito da Qualidade das Divisões Administrativa e de Licenciamento de Obras, realçando a importância da certificação dos serviços públicos, tendo a este propósito sido distribuído a informação que seguidamente se transcreve:- **“Certificação da Qualidade dos Serviços NP ISO 9001:2000 - ÂMBITO: DIVISÃO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES E DIVISÃO ADMINISTRATIVA - A CMVC acaba de obter a certificação da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares e Divisão Administrativa tendo por objectivo simplificar e tornar mais eficaz o seu desempenho em relação ao Município. Para o efeito candidatou através**

da Valimar, ao Programa FORAL esta certificação na modalidade de formação-acção. A candidatura englobou 18 acções de formação que envolveram os 64 colaboradores das duas divisões, tendo-se iniciado em Março de 2005. Em termos de documentação foram elaborados, designadamente, o Manual da Qualidade, mapas de processo e procedimento para controlo de documentos e registos, tratamento de não conformidades, acções correctivas e preventivas, matrizes dos diversos processos das duas divisões, normalização dos modelos (impressos) em uso na CMVC. Foram realizadas auditorias internas e, em 6 e 7 de Março último, teve lugar a auditoria de concessão, a cargo da APCER. Finalmente, a 30 de Março foi-nos comunicado formalmente pela APCER a aprovação da certificação da CMVC nas duas divisões referidas. Os custos envolvidos neste processo, por parte da autarquia foram, para além da disponibilização dos recursos humanos e materiais necessários, as despesas com a auditoria da concessão e com entidade externa (TECNIN) orçam os 40.000,00€, comparticipados pelo Foral. A CMVC tem, ainda presentemente em certificação os Serviços Municipalizados de Saneamento Básico, cujo processo se prevê estar concluído em Setembro do corrente ano.”. **INTERVENÇÃO DO**

VEREADOR JOSÉ MARIA COSTA:- O Vereador José Maria Costa prestou a informação que seguidamente se transcreve:- “INFORMAÇÃO – VIANA DO CASTELO CANDIDATA-SE AO PROJECTO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL – A Câmara Municipal de Viana do Castelo apresentou uma candidatura ao Projecto Mobilidade Sustentável promovido pelo Instituto do Ambiente. Este projecto tem como objectivo a caracterização de tipologias de áreas urbanas que permita a identificação de acções comuns a várias cidades do país. No âmbito deste projecto serão estudadas as acessibilidades da população aos locais de trabalho ou de ensino, funcionamento global do sistema de transportes, coordenação entre vários modos de transporte colectivo e articulação com o transporte individual, congestionamentos de tráfego, sinistralidade

rodoviária, segurança nos transportes ou nos percursos a pé, acessibilidade proporcionada à população com mobilidade reduzida, articulação entre as decisões urbanísticas e a acessibilidade, a inovação tecnológica para a melhoria da acessibilidade em geral, gestão de cargas e descargas e acessibilidades rodo-ferroviárias a zonas industriais e portuárias. A intervenção de vários agentes da cidade neste projecto de mobilidade urbana, em articulação com preocupações ambientais como o ruído e qualidade do ar vem de encontro ao trabalho que o Município de Viana do Castelo está a desenvolver na implementação da Agenda 21 e do seu Plano de acção. Durante o desenvolvimento dos estudos será elaborado um Manual de Boas Práticas para a mobilidade urbana que servirá de referência às intervenções urbanísticas e de acessibilidades. O projecto de Mobilidade Sustentável tem um grupo coordenador a nível nacional que integra o Ministério do Ambiente, Ministério das Obras Públicas e Ministério da Administração Interna. Este grupo acompanhará os trabalhos dos Municípios e apoiará a implementação dos Planos de Mobilidade Sustentável que venham a ser aprovados. Os Planos de Mobilidade Sustentável constituirão um factor de vantagem estratégica para as áreas urbanas seleccionadas, constituindo um importante elemento para a fundamentação de projectos futuros no sector dos transportes e acessibilidades.

(a) José Maria Costa.”. **ORDEM DO DIA:-** Presente a ordem de trabalhos, foram acerca dos assuntos dela constantes tomadas as seguintes resoluções:- **(01) APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO DE 29 DE MARÇO:-** A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou aprovar a acta da reunião realizada no dia 29 de Março findo, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e pelo Secretário da respectiva reunião. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis da Vice Presidente da Câmara e dos Vereadores José Maria

Costa, Luís Nobre, Ana Margarida Silva e Patrício Rocha e a abstenção do Vereador Vitor Lemos, António Carvalho Martins e Mário da Cunha Guimarães por não terem participado na referida reunião. **(02) DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:- A) RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E GESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SMSB DE 2005:-** A Câmara Municipal tomou conhecimento que a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 7 de Abril corrente, deliberou aprovar a proposta que, sobre o assunto indicado em título, foi formulada por deliberação tomada por esta Câmara Municipal em sua reunião de 29 do mês de Março findo. Ciente. **B) AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO PARA INVESTIMENTO:-** A Câmara Municipal tomou conhecimento que a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 7 de Abril corrente, deliberou aprovar a proposta que, sobre o assunto indicado em título, foi formulada por deliberação tomada por esta Câmara Municipal em sua reunião de 29 do mês de Março findo. Ciente. **C) DESAFECTAÇÃO DO DOMINIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TERRENO NA ZONA INDUSTRIAL – 1ª FASE - NEIVA:-** A Câmara Municipal tomou conhecimento que a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 7 de Abril corrente, deliberou aprovar a proposta que, sobre o assunto indicado em título, foi formulada por deliberação tomada por esta Câmara Municipal em sua reunião de 1 do mês de Março findo. Ciente. **D) DESAFECTAÇÃO DO DOMINIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TERRENO NO LARGO 9 DE ABRIL:-** A Câmara Municipal tomou conhecimento que a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 7 de Abril corrente, deliberou aprovar a proposta que, sobre o assunto indicado em título, foi formulada por deliberação tomada por esta Câmara Municipal em sua reunião de 29 do mês de Março findo. Ciente. **(03) CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A**

LONGO PRAZO PARA INVESTIMENTO – ADJUDICAÇÃO:- A Câmara Municipal tomou conhecimento que a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 7 de Abril findo, deliberou aprovar a proposta que, sobre o assunto indicado em título, foi formulada por deliberação tomada por esta Câmara Municipal em sua reunião de 29 do mês de Março findo. De seguida, pela Vice Presidente da Câmara, foi apresentada a informação elaborada pelo Chefe da Divisão Financeira acerca da apreciação das propostas apresentadas por várias Instituições Bancárias, bem como o quadro de Investimentos, e que seguidamente se transcreve:-

"EMPRÉSTIMO PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO, NO VALOR DE 2.099.307 €UROS – Para levar a efeito o presente concurso, foram convidadas oito instituições financeiras para apresentarem propostas. Das oito instituições convidadas apresentarem propostas as seguintes:

BANCO	TAXA JURO	PERÍODO DE DEFERIMENTO
Banco Espírito Santo	EURIBOR 6 meses + 0,09%	2 anos
Millennium BCP	EURIBOR 6 meses + 0,12%	3 anos
Banco Santander	EURIBOR + 0,14%	2 anos
Banco BPI	EURIBOR 6 meses + 0,2%	2 anos
Caixa Geral de Depósitos	EURIBOR 6 ou 12 Meses + 0,0987%	3 anos
BBVA	EURIBOR 6 meses + 0,09%	2 anos

Analisadas as propostas, verifica-se que:- As taxas de juro apresentadas estão todas indexadas à EURIBOR, acrescidas de um SPREAD, tendo o BBVA apresentado, ainda, como opção uma taxa fixa; As duas melhores propostas são exactamente iguais, com um SPREAD de 0,09%, período de carência de dois anos e isentas de comissões; A taxa fixa apresentada pelo BBVA de 4,195% para toda a maturidade da operação, atendendo ao prazo do empréstimo (12 anos) não me parece atractiva. Em face do exposto, e como se trata de um empréstimo de capital, sugiro a contratação, em montantes iguais nas instituições financeiras que apresentaram as melhores propostas, o BBVA e o BES (**EURIBOR 6 meses + 0,09%, período de carência de dois anos e isentas de comissões**). (a) Alberto Rego". A Câmara Municipal deliberou, no uso da autorização

concedida, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artº 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pela Assembleia Municipal, em sua sessão do passado dia 7 de Abril, e ao abrigo do disposto nos artigos 23º e 24º, n.º1 da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, adjudicar o empréstimo de longo prazo (12 anos) até ao montante de 2.099.307 €uros (dois milhões noventa e nove mil trezentos e sete euros) aos bancos BBVA e BES, nas condições indicadas na transcrita informação. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes a Vice Presidente da Câmara e os Vereadores José Maria Costa, Vitor Lemos, Luís Nobre, Ana Margarida Silva, Patrício Rocha, António Carvalho Martins e Mário da Cunha Guimarães. Por último pelo Vereador António Martins foi proferida a seguinte declaração:- “Aprovamos o financiamento, considerando positivo as taxas apresentadas. No entanto convém referir que a C.M. de Viana do Castelo tem um valor bastante elevado de dívidas a terceiros incluindo a rubrica empréstimos bancários. Por isso, consideramos importante, medidas para a redução da despesa corrente e dentro destas a racionalização efectiva da despesa com pessoal. Pensamos que a este nível muito pode ser feito para atingir um objectivo que deve ser estratégico “Aumentar o peso da despesa de capital na despesa total”. (a) Carvalho Martins.” **(04) TOLERÂNCIA DE PONTO NA QUADRA DA**

PÁSCOA:- A Câmara Municipal deliberou conceder aos seus trabalhadores, incluindo os dos Serviços Municipalizados, segundo as tradições da nossa região, tolerância de ponto no dia 17 de Abril próximo, Segunda-Feira de Páscoa, mas com ressalva dos piquetes ou outras providências consideradas indispensáveis, mantendo-se, também, em funcionamento o Cemitério Municipal, nas condições que já vêm sendo habituais. Mais foi deliberado encerrar os Serviços Municipais e Municipalizados no período da tarde do dia 13 do corrente mês de Abril (Quinta-Feira Santa), devendo os que impliquem receita ou despesa encerrar às 12 horas, e os restantes às 13 horas, com excepção do pessoal dos Mercados e Feiras e outro pessoal que os

membros da Câmara Municipal considerem necessário nas respectivas áreas de actividade. Mais foi deliberado que sem prejuízo da continuidade e qualidade dos serviços a prestar, os dirigentes máximos dos serviços promoverão a dispensa do dever de assiduidade dos funcionários e agentes dos serviços que, por razões de interesse público, devam manter-se em funcionamento naquele período do dia, em dia ou dias a fixar oportunamente. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes a Vice Presidente da Câmara e os Vereadores José Maria Costa, Vítor Lemos, Luís Nobre, Ana Margarida Silva, Patrício Rocha, António Carvalho Martins e Mário da Cunha Guimarães. Por último, a Vice Presidente da Câmara informou que, acolhendo uma tradição festiva muito grata aos vianenses, a Câmara vai receber no Domingo, dia 16 de Abril, às 9 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Compasso Pascal, para o qual oportunamente será feito o respectivo convite a todos os trabalhadores do Município. **(05) ADJUDICAÇÃO DA CONCESSÃO DE LOTE DO P.E.P.N:-** Presente o processo indicado em título, foi pelo Vereador Vítor Lemos dado conhecimento das propostas apresentadas tendo de seguida sido procedido à abertura das mesmas, tendo-se verificado os seguintes resultados:-

CONCORRENTES	LOTE PRETENDIDO	PREÇO P/M²	ACTIVIDADE
PROSIDER-Produtos Siderúrgicos, S.A	Lote nº 46	€ 5,20/ano	Armazém p/comercio
Termotecnia-Projectos e Equipam. Térmicos, Lda.	Lote nº 44	€ 6,00/ano	Venda de equipamento electromecânico
	Lote nº 46	€ 6,00/ano	
Certugal-Instalações Eléctricas, Lda.	Lote nº 44	€ 10,00/ano	Instalação e reparação material eléctrico e electrónico
Certugal-Instalações Eléctricas, Lda.	Lote nº 46	€ 8,00/ano	Instalação e reparação material eléctrico e electrónico
Prova - Turismo e Animação Desportiva, Lda	Lote nº 44	€ 7,50/ano	Construção de hangar para apoio de embarcações de recreio
Prova - Turismo e Animação Desportiva, Lda	Lote nº 46	€ 8,25/ano	Construção de hangar para apoio de embarcações de recreio

Finda a abertura das propostas e após ter sido tomado conhecimento pelos concorrentes presentes do valor das propostas, foi deliberado remeter a adjudicação da concessão do lote para a próxima reunião camarária após análise detalhada das referidas propostas. Esta deliberação foi

tomada por unanimidade estando presentes a Vice Presidente da Câmara e os Vereadores José Maria Costa, Vitor Lemos, Luís Nobre, Ana Margarida Silva, Patrício Rocha, António Carvalho Martins e Mário da Cunha Guimarães. **(06) PROCESSO DE OBRAS Nº 45/05 – G.J.:-** A Câmara Municipal deliberou remeter a apreciação do presente assunto para uma próxima reunião camarária. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes a Vice Presidente da Câmara e os Vereadores José Maria Costa, Vitor Lemos, Luís Nobre, Ana Margarida Silva, Patrício Rocha, António Carvalho Martins e Mário da Cunha Guimarães. **(07) ZONA INDUSTRIAL DE VIANA DO CASTELO – 1ª FASE – A.P.N., SA:-** Presente o processo indicado em título do qual consta a informação do Director do Departamento de Administração Geral que seguidamente se transcreve:- “Após conversa com o Dr. Araújo Novo e discutidas as várias alternativas, entendeu-se preferível revogar a deliberação tomada pela Câmara Municipal na Reunião de 24/03/04, rescindir o contrato-promessa celebrado com a firma APN-Investimentos Imobiliários, S.A, em 29/03/04, com fundamento no incumprimento das prestações pecuniárias a que esta se obrigou, e, simultaneamente, declarar perdido o sinal entregue com a assinatura deste contrato, no montante de 7.382,59 €, ao abrigo do disposto no artigo 442, 2, do Código Civil. Caso esta solução mereça concordância, o processo deverá ser remetido á reunião de Câmara. À Consideração do Sr. Presidente. (a) Neiva Marques.”. A Câmara Municipal face ao teor da transcrita informação deliberou concordar com a mesma e em consequência revogar a deliberação tomada por esta Câmara Municipal em sua reunião de 24 de Março de 2004, bem como rescindir o contrato-promessa celebrado com a firma APN-Investimentos Imobiliários, S.A, em vinte e nove do mesmo mês de Março de 2004, com fundamento no incumprimento das prestações pecuniárias a que esta se obrigou. Mais foi deliberado, ao abrigo do disposto no artigo 442, número 2, do Código Civil, declarar perdido o

signal entregue com a assinatura do referido contrato-promessa, no montante de 7.382,59 € (sete mil trezentos e oitenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos), correspondente a 5% do valor global da compensação devida pela eliminação das condições de venda que incidem sobre o lote propriedade da referida firma. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes a Vice Presidente da Câmara e os Vereadores José Maria Costa, Vitor Lemos, Luís Nobre, Ana Margarida Silva, Patrício Rocha, António Carvalho Martins e Mário da Cunha Guimarães. **(08)**

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS:- A Câmara Municipal deliberou introduzir as seguintes alterações ao orçamento municipal em vigor:-

Tipo de Modificação: AOD –		Número 4			
Orgânica	Económica	Designação (Económica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
01	02021209	Outros	17.000,00		5.000,00
01	020217	Publicidade	4.000,00	2.000,00	
01	020225	Outros serviços	191.000,00	35.000,00	
01	06020399	Diversas	7.000,00	2.000,00	
01	08010101	Emp. Públicas Municipais e intermunicipais	300.000,00		200.000,00
01	0805010102	Sedes de Juntas e Centros Cívicos	200.000,00		200.000,00
01	0805010106	Viação rural	1.436.464,80		500.000,00
01	0805010109	Outras transferências	630.000,00		100.000,00
01	08050109	Outras	10.000,00		100.000,00
01	080701	Instituições sem fins lucrativos	463.000,00		350.000,00
02	020121	Outros bens	31.000,00		6.000,00
02	070108	Software informático	34.000,00	7.000,00	
03	020101	Matérias-primas e subsidiárias	35.000,00		10.000,00
03	020107	Vestuário e artigos pessoais	5.000,00		5.000,00
03	020203	Conservação de bens	169.500,00		5.000,00
03	020217	Publicidade	2.000,00		3.000,00
03	07010399	Outros	486.613,00	75.000,00	
03	07010402	Sistema de drenagem de águas residuais	3.538.671,00	145.000,00	
03	07010406	Captação e distribuição de água	2.043.870,00		5.000,00
03	0701049901	Zonas industriais	879.118,00	525.000,00	
03	070110	Equipamento básico	286.000,00		75.000,00
03	0703030701	Rede viária municipal – conservação	850.000,00	50.000,00	
03	07030308	Viadutos e obras complementares	2.801.709,00	1.050.000,00	
03	07030309	Arranjos urbanísticos	398.835,00		50.000,00
03	07030310	Arranjos praias	341.727,00	20.000,00	
03	07030312	Arruamentos urbanos	1.326.212,00		100.000,00
03	07030399	Outros	80.000,00	40.000,00	
04	020108	Material de escritório	15.000,00	5.000,00	
04	020202	Limpeza e higiene	10.000,00	5.000,00	
04	04070103	Fins turísticos	20.000,00		20.000,00
04	07010304	Creches	713.456,00		30.000,00
04	07010305	Escolas	1.418.707,00		6.000,00
04	070107	Equipamento de informática	49.000,00	6.000,00	
04	070110	Equipamento básico	362.000,00		27.000,00
04	07011501	Estudos e projectos	76.350,00		50.000,00
05	020101	Matérias-primas e subsidiárias	31.000,00		10.000,00
05	020220	Outros trabalhos especializados	280.000,00	15.000,00	
05	07011501	Estudos e projectos	360.000,00		125.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:			1.982.000,00		1.982.000,00

Tipo de Modificação: APA				Número: 4		
Orgânica	Económica	Plano	Designação (Económica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
01	0805010102	2002 A 17	Centros cívicos	100.000,00		100.000,00
01	0805010102	2002 A 18	Sedes de Juntas	100.000,00		100.000,00
01	0805010109	2002 A 21	Cemitérios	200.000,00		100.000,00
01	0805010106	2002 A 25	Viação rural	1.200.000,00		500.000,00
01	08010101	2003 A 3	Empresas municipais	300.000,00		200.000,00
02	020121	2003 A 5	Material de segurança no trabalho	11.000,00		6.000,00
01	080701	2003 A 6	Pavilhão desportivo Afife	150.000,00		150.000,00
01	08050109	2003 A 11	Transferências de capital – instituições	10.000,00		100.000,00
04	04070103	2005 A 11	Promoção de eventos turísticos	20.000,00		20.000,00
01	080701	2006 A 1	Supressão de passag. Nível M.sul/norte li.	50.000,00		200.000,00
01	020225	2006 A 19	Programa comemorações 750 foral	60.000,00	35.000,00	
05	020220	2006 A 23	Gabinete técnico florestal	35.000,00	10.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					45.000,00	1.476.000,00

Tipo de Modificação: API				Número: 4		
Orgânica	Económica	Plano	Designação (Económica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
04	07010304	2002 I 8	Jardim de infância Lanheses			10.000,00
04	07011501	2002 I 72	Plano de desenvolvimento desportivo	6.350,00		50.000,00
03	0703030701	2002 I 77	Conservação da rede viária municipal	850.000,00	50.000,00	
03	070110	2002 I 87	Mobiliário urbano	175.000,00		75.000,00
04	070110	2002 I 95	Equipamento e apetrechamento	45.000,00		30.000,00
03	07010399	2002 I 123	Remodelação e beneficiação	131.613,00	30.000,00	
03	07010399	2002 I 132	Saúde e higiene pública	50.000,00	45.000,00	
04	070110	2002 I 136	Equipamento básico	38.000,00	3.000,00	
03	0701049901	2002 I 162	Parque emp. Praia Norte– Ligação Nor.	679.118,00	525.000,00	
03	07010406	2003 I 12	Rede abastc. Águas reservatórios e adu.	115.000,00	110.000,00	
03	07010402	2003 I 13	Rede águas resid. E pluv. Área urbana	254.353,00		110.000,00
02	070108	2003 I 21	Equipamento informático	34.000,00	7.000,00	
04	07010304	2003 I 22	Jardim de infância de Mujães			10.000,00
04	07010305	2004 I 2	Escola Alvarães – Igreja	19.000,00		6.000,00
05	07011501	2004 I 8	Plano pormenor de Darque	10.000,00		25.000,00
03	07010402	2004 I 14	Sist. sanea. ETAR Barro.Mujães, Vila	1.342.968,00	255.000,00	
03	07010406	2004 I 16	Reserv. condutas adutoras e distribuid.	358.446,00		115.000,00
03	07030308	2004 I 25	P.I. linha férrea Vila de Punhe	50.000,00		100.000,00
04	07010304	2005 I 3	Jardim de Infância Santa Marta Portuz.			10.000,00
03	07030399	2005 I 25	Miradouros V.do Lima Cardielos/Deoc.	70.000,00	40.000,00	
04	070107	2006 I 1	Apetrechamento informático (POSI)	31.000,00	6.000,00	
03	07030308	2006 I 2	Rua Bomb.Volunt/Rua Emídio Navarro	1.300.000,00	1.150.000,00	
03	07030309	2006 I 4	Requa. Núcleos Rurais (Moriera/Mont)	15.000,00		50.000,00
03	07030310	2006 I 24	Arranjo envolven. Forte Castelo Velho	86.727,00	20.000,00	
05	07011501	2006 I 28	Plano defesa floresta			100.000,00
05	07011501	2006 I 29	Plano de reconversão florestal	50.000,00		50.000,00
05	07011501	2006 I 30	Serra Stª. Luzia –pla.reconver.florestal	100.000,00	50.000,00	
03	07030312	2006 I 31	Arruamentos urbanos área ocidental	100.000,00		100.000,00
Total de aumentos/diminuições					2.291.000,00	841.000,00
				Total Geral	4.318.000,00	4.299.000,00

Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes a Vice Presidente da Câmara e

os Vereadores José Maria Costa, Vitor Lemos, Luís Nobre, Ana Margarida Silva, Patrício Rocha,

António Carvalho Martins e Mário da Cunha Guimarães. **(09) PERÍODO DE INTERVENÇÃO**

ABERTO AO PÚBLICO:- Encerrada a ordem de trabalhos, foi fixado um período de

intervenção aberto ao público, não se tendo registado qualquer intervenção. **(10)**

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:- Nos termos do número 4 do artigo 92º da Lei n.º

169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme e seguidamente assinada pela Vice Presidente da Câmara e Secretário da presente reunião. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes a Vice Presidente da Câmara e os Vereadores José Maria Costa, Vitor Lemos, Luís Nobre, Ana Margarida Silva, Patrício Rocha, António Carvalho Martins e Mário da Cunha Guimarães. E, nada mais havendo a tratar, a Vice Presidente da Câmara, pelas onze horas declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.